

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 061 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO MOISÉS FELTRIN (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO GILNEY VIANA (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por vinte minutos.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:44 HORAS E REABERTA ÀS 09:23 HORAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Declaro reaberta a presente Sessão.

Convido os Srs. Deputados Moisés Feltrin e Gilney Viana para assumirem, respectivamente, a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS MOISÉS FELTRIN E GILNEY VIANA ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MAIO DE 2000, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, não há Expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Com a palavra, o Deputado Joaquim Sucena (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar algumas proposições de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Presidente da TELEMAT, Engenheiro Carlos Autino Paiva, a urgente necessidade de instalação de dois aparelhos telefônicos públicos comunitários-TPC, sendo um na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outro nas dependências da Associação do Bairro Novo Jardim Planalto, no Município de Confresa.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Presidente da TELEMAT, Engenheiro Carlos Autino Paiva, mostrando a urgente necessidade de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

instalação de dois aparelhos telefônicos públicos comunitários-TPC, sendo um na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outro nas dependências da Associação do Bairro Novo Jardim Planalto, no Município de Confresa.

JUSTIFICATIVA

Conhecendo a difícil situação por que passa aquela população e reconhecendo a imperiosa necessidade de propiciarmos esse benefício é que se faz necessária a instalação urgente dos aparelhos telefônicos nas comunidades pleiteadas. Por isso, ressaltamos a importância do benefício ora solicitado para que possam suprir as necessidades das pessoas que ali residem.

Conhecedores da visão empreendedora da competente equipe que hoje dirige a TELEMAT Tele Centro Sul, cujo programa de trabalho contempla ações socializadoras deste serviço, ampliando seu uso pelas populações mais carentes, é que fundamentamos a presente.

Pelas razões expostas, solicitamos aos nobres Pares o acolhimento desta propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Sr. Presidente da Rede/CEMAT, Dr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, a urgente necessidade de proceder a estudo de viabilização técnica na ampliação da rede de energia elétrica na Av. Taubaté, Bairro Novo Terceiro.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Presidente da Rede/CEMAT, Dr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior, mostrando a urgente necessidade de proceder a estudo de viabilização técnica na ampliação da rede de energia elétrica na Av. Taubaté, no Bairro Novo Terceiro.

JUSTIFICATIVA

Faz-se necessária a ampliação da rede de energia elétrica na Av. Taubaté, no Bairro Novo Terceiro, nesta Capital, pois os moradores vêm enfrentando sérios problemas em consequência das precariedades que enfrentam, principalmente pela falta de energia elétrica. Por isso, ressaltamos a importância do benefício ora solicitado, para que possam ser supridas as necessidades das pessoas que ali residem, conforme solicitação da Associação de Moradores do Bairro Novo Terceiro.

Conhecedores da visão empreendedora da competente equipe que hoje dirige a Rede/CEMAT, cujo programa de trabalho contempla ações socializadoras deste serviço, ampliando seu uso às populações mais carentes, é que fundamentamos o presente pleito.

Pelas razões expostas, solicitamos aos nobres Pares o acolhimento desta propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

E, também, Sr. Presidente, uma Emenda Aditiva à Mensagem nº 08/2000, do Poder Executivo, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO. É uma Emenda de grande avanço e que vai colaborar até em virtude da implantação, da sanção da nova Lei de Responsabilidade Fiscal, e vai deixar mais transparente a ação de qualquer administrador público.

Em suma, essa Emenda - para não ser muito prolixo, tendo que lê-la em sua totalidade - obriga todo e qualquer administrador público a começar uma obra, a dar início a uma obra

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

somente depois que tiver concluído as obras anteriores. Com isso, nós vamos acabar com a farra, com o desperdício do dinheiro público, e vamos contribuir para a moralização da administração pública no Estado de Mato Grosso.

3ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva à Mensagem nº 08/2000
do Poder Executivo.**

Adita artigo, incisos e parágrafos ao Capítulo III - Das Diretrizes Gerais para Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado, da Mensagem 08/2000, Projeto de Lei nº 73/00.

Art... Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do artigo 2º desta lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento; e

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata esta lei.

§ 1º Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados projetos com títulos genéricos, que tenham constado de leis orçamentárias anteriores, e serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

§ 2º O Tribunal de Contas do Estado realizará procedimentos de auditoria em todos os projetos abrangidos pelas disposições do parágrafo anterior, com vistas a atestar a regularidade da sua execução, devendo encaminhar relatório consubstanciado à Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2000.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PFL

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos a informação de que o Governador Dante de Oliveira vai para a Europa na sexta-feira, vai passear... Aliás, é um grande problema a Assembleia Legislativa aprovar viagens do Governador sem saber para onde, para quê, o que vai fazer, tudo com o nosso dinheiro. Tudo bem, é um absurdo aprovar, e eu votei contra a autorização - por quantos meses será que ele pediu? Por tempo indeterminado? Por seis meses? Sei lá! - para ele sair para o exterior... Eu votei contra pensando justamente nesse problema.

Quer dizer, o Governador vai viajar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e eu quero saber quem dos senhores sabe o que ele vai fazer, quais os objetivos dessa viagem, quem vai...

O Sr. Wilson Teixeira Dentina (DE SUA BANCADA) - Quer saber da vida dos outros?

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Se eu quero saber da vida dos outros? Quero, sim, Deputado! Quando a vida dos outros representa passear com o dinheiro do povo, quero saber sim. Eu acho que o povo de Mato Grosso tem que saber, sim! O Governador viaja, viaja para quê? Tem que ter um programa, tem que ter um projeto, que deveria em cada viagem ser aprovado por nós; e no retorno tem que ter o relatório. Eu quero saber quantos relatórios de viagem tem essa Assembleia Legislativa do Governador Dante de Oliveira, que vive pelo mundo batendo as asas...

O Sr. Wilson Teixeira Dentina (DE SUA BANCADA) - Ele vai levar o Deputado Alencar Soares junto...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sei lá! Vai levar Deputado Federal, Secretário, não sei se vai algum Deputado Estadual, não estou sabendo, mas sei que vai uma comitiva, uma comissão - dinheiro do povo, e vamos que vamos!

Então, eu estou mais uma vez registrando aqui que não admito esse tipo de coisa, não aceito, e quando eu votei contra aquela autorização por tempo em aberto para o Governador viajar, eu me pronunciei dessa forma, e agora eu estou aqui cobrando, não deveríamos ter dado, deram esse tipo de autorização e agora estão aí, ninguém sabe o que ele vai fazer e nem para onde ele vai.

Ah, é para a Europa! E daí? Vai ficar quantos dias? Vai falar com quem? Quais os projetos que ele está levando? Para quê? Quando vai voltar? Qual é o objeto da ida?

Srs. Deputados, isso é muito sério, e eu gostaria de ter a informação...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO À ORADORA QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SRª SERYS SLHESSARENKO - ...Um minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedido.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Eu gostaria de solicitar à Mesa - é claro que não será uma resposta agora -, Sr. Presidente, ao Governador Dante de Oliveira, não precisa nem fazer retrospectiva, porque eu sei que dos outros também não tem: Quantos relatórios de viagem este Parlamento recebeu? Porque ele é obrigado a fazer relatório na chegada e mandar para a Assembléia Legislativa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Informo à Deputada que nós vamos preparar as respostas, mas no tocante à viagem ao Japão, Deputada, eu já adianto que nós recebemos o relatório de quando o Governador foi ao Japão, com a comitiva.

Nós queremos registrar e agradecer, aqui, a presença dos alunos do primeiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual “Marechal Eurico Gaspar Dutra”, participando do *Programa Por dentro do Parlamento*, acompanhados pelas professoras Catarina Márcia Nadaff, Creusa Martins de Barros e pelo professor Fernando Jorge - sem dúvida nenhuma, esse foi um dos belos programas criados pela Secretaria de Imprensa, que propicia ao jovem conhecer um pouco do nosso Parlamento.

Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srª Deputada, Srs. Deputados, a imprensa, hoje e ontem à noite, noticiou a abertura de uma vazão na barragem de Manso, possibilitando que o desastre iminente do Rio Cuiabá seja minorado. O Deputado Silval Barbosa, que era Presidente da Comissão de Terras e Meio Ambiente, aqui da Assembléia, juntamente conosco e outros, tem acompanhado esse problema.

Eu gostaria, desde já, de conclamar os Srs. Deputados - eu não sei se o Deputado Rene Barbour, que é o Presidente da Comissão... - para que nós pudéssemos fazer uma visita a Furnas, porque, Deputado Rene Barbour, desde o início da construção dessa barragem, dessa usina, técnicos independentes, de alta capacidade, de alta competência, como o Dr. Iglésias, alertaram que a usina poderia prejudicar o Rio Cuiabá, o Pantanal, porque estava superdimensionando a sua cota máxima, e o regime de trabalho da usina prejudicaria o fluxo de água do Rio Cuiabá e do Pantanal.

Não deu outra, os dados do Dr. Iglésias estão se confirmando... Mal encheram o lago da represa e os danos ambientais já estão sendo sentidos antes do pico da vazante, do pico da seca. O Rio Cuiabá está sendo atravessado andando, às vezes com água pelas canelas, como se diz. E o que nós notamos é que tecnicamente está questionada a Usina de Manso - tecnicamente. E aqueles dados que o EIA/RIMA anotou, de que a vazão equilibraria o regime de água do Rio Cuiabá, estão sendo questionados pela prática, tanto é que não estava programado abrir as comportas para a vazão nesta oportunidade, e o que aconteceu? Furnas foi obrigada!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Então, eu acho que a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Terras e Meio Ambiente, deveria fazer uma vistoria.

Eu estou propondo à Comissão de Terras e Meio Ambiente, infelizmente não soube de reunião dela, Sr. Presidente, mas estou fazendo a proposta de que a Comissão de Terras e Meio Ambiente vá fiscalizar, vá fazer uma vistoria, para dialogar com Furnas, para ver o que está acontecendo. E eu conclamo os membros dessa Comissão, o Deputado Rene Barbour, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que é membro efetivo, o Deputado Jair Mariano, o Deputado José Carlos Freitas, o Deputado Moisés Feltrin, eu apenas sou membro suplente, para que nós possamos tomar uma providência.

O Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que é preocupado aqui com o Rio Cuiabá e que tem sua base eleitoral aqui na Baixada Cuiabana, sem prejuízo de ter votos em outros municípios, pode se sensibilizar com isso, porque nós não podemos assistir ao Rio Cuiabá definhando, perdendo sua perenização, sua capacidade de produção de proteínas, através do estoque pesqueiro, perdendo sua capacidade de dar subsistência para os pescadores e se transformando num esgoto a céu aberto, como os demais rios de Cuiabá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Rene Barbour.

Eu quero, antes de o Deputado Rene Barbour usar da palavra, informar aos Srs. Deputados que amanhã nós teremos uma audiência pública em Nova Brasilândia, às 13:00 horas, convocada pela Câmara Municipal, com a presença de toda a Diretoria de Furnas, onde inclusive estará presente o Deputado Nico Baracat. Caso algum colega Deputado queira participar, será importante essa discussão, com a presença, repito, de toda a Direção de Furnas, amanhã, em Nova Brasilândia, às 13:00 horas.

Com a palavra, o Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa o Ofício nº 342/00, do Secretário-Chefe da Casa Civil, Maurício Magalhães, em resposta ao Requerimento de Informação nº 35/00, de autoria do Deputado Riva, versando sobre as empresas beneficiadas pelo PRODEI; e o Ofício nº 352/00, do Secretário-Chefe da Casa Civil, Maurício Magalhães, em resposta ao Requerimento de Informação nº 40/00, de autoria do Deputado Moacir Pires, versando sobre a liquidação do BEMAT.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, funcionários desta Casa, alunos, professores da Escola “Marechal Dutra”, nossa fala, de início, é para dizer ao Deputado Gilney Viana que concordamos com a fala dele, neste momento, e é claro que vamos trabalhar juntos na questão da Usina de Manso.

E também, Sr. Presidente, baseado até na boa vontade de V. Ex^a, pedir que no dia 08, 15 ou 16 do mês de junho nós possamos fazer uma visita a Campo Grande, à Assembléia Legislativa e ao Governador Zeca do PT, para conversar sobre a questão da pesca predatória e a proibição da pesca por dois anos.

Já tem aqui acertada a ida dos Deputados Hermínio J. Barreto, Nilson Leitão, Moacir Pires e de V.Ex^a, que também tem interesse de ir. Gostaríamos da presença do Deputado Gilney Viana e de outros Deputados que quiserem comparecer também a Mato Grosso do Sul, para visitar a Assembléia Legislativa e discutir o projeto de proibição da pesca predatória e da pesca por dois anos - além de visitar também o Governador Zeca do PT...

Nós gostaríamos que os Srs. Deputados que tiverem interesse comunicassem a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Presidência ou a nós mesmos, para que possam participar também desse relevante trabalho que nós vamos fazer.

E também, Sr. Presidente, dizer que amanhã nós vamos trazer para esta Casa talvez um fato histórico, mas é preciso deixar bem claro que é sobre a segurança de Mato Grosso, que até o momento só levou pancada... Nós só vemos, em todas as manchetes de jornais, rádio, televisão, coisas ruins, e, graças a Deus, nós vamos trazer aqui amanhã um projeto de Mato Grosso, que foi aprovado até em nível internacional, Sr. Presidente - só está faltando agora o recurso chegar. É um programa de Mato Grosso, da segurança de Mato Grosso, um projeto elaborado pela Secretaria de Segurança e que foi incluído num projeto internacional, inclusive há um livro... E foi discutido nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com todas as entidades, várias ONGs, vários institutos internacionais, e o projeto de Mato Grosso também foi inscrito e ficou em boa colocação, ou na melhor - só não foi o melhor projeto porque não teve colocação...

Nós vamos trazer amanhã para este plenário e mostrar que o que precisa agora é um investimento financeiro muito grande, para que esse projeto possa funcionar, e não fique da maneira que nós estamos hoje vendo. E a imprensa, o que ela tem feito e falado, realmente ela tem cobrado, e nós temos acompanhado, e precisa cobrar mesmo... O maior problema da polícia, todos nós sabemos aqui, é o seu efetivo, que é muito pouco. Então, o projeto está pronto, o que falta agora são recursos para que esse projeto possa sair do papel. Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, nobres Pares, galerias, alunos que nos assistem, nós queremos aqui nos manifestar sobre a questão da Deputada Serys Slhessarenko, essa Deputada guerreira, por quem eu tenho um grande respeito, e tenho certeza de que os demais Pares também, pela sua atuação, pelo seu trabalho, mas quero dizer à Deputada que eu discordo quando ela fala das vezes em que o Governador sai do Estado e vai para o exterior.

Primeiramente, quero aqui dizer da coragem desse Governador, por ter preparado o nosso Estado para o futuro, e esse futuro não é amanhã... Esses jovens que nos assistem aqui, os estudantes, o nosso futuro já é hoje! O Estado de Mato Grosso é o Estado que mais cresce no Brasil, e alguma coisa deve estar acontecendo, e está acontecendo. Um exemplo que eu citaria é a coragem do Governador Dante de Oliveira, quando da privatização da CEMAT, hoje é esse *Programa Luz no Campo*... Se nós não tivéssemos tido a coragem, nós os Deputados, de aprovar a privatização da CEMAT, com certeza, aquela CEMAT do passado, em que o capital era menor que a dívida, ou melhor, a dívida era maior que o capital, o Governo Federal não teria condições de hoje investir e entregar a Mato Grosso duzentos milhões de reais para esse *Programa Luz no Campo*, que está revolucionando o Estado de Mato Grosso.

Quero também dizer que dessas inúmeras viagens em que o Governador sai do Estado, vai para outros Estados da Federação, está aí o resultado. Por exemplo, a CEVAL, que vai se instalar, Deputado Nilson Leitão, numa cidade lá no Norte do Estado, para nós é um orgulho ter uma empresa dessas, que terá uma esmagadora de soja, que esmagará cinco mil toneladas de soja por dia! Essa, com certeza, é a maior esmagadora de soja do Brasil, e isso é fruto de um trabalho sério, é fruto do trabalho de um Governo sério, que vai em suas viagens, em suas andanças, tanto no exterior como dentro do País, mostrar Mato Grosso.

É uma pena que os demais governantes não tenham feito isso no passado, até porque não tinha muito o que mostrar antes. Hoje, nós temos orgulho de mostrar para o Brasil e para o mundo o que é Mato Grosso e o que Mato Grosso será nos próximos anos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao nobre Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:50 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero aqui ratificar o convite aos colegas Deputados para participarem do Seminário Internacional da Amazônia, Deputado Rene Barbour, nos dias 02 e 03 de junho. Sem dúvida nenhuma, será um seminário muito interessante, porque nós vamos discutir a participação, a atuação das ONGs na Amazônia, a questão ambiental, os investimentos feitos ao longo dos últimos anos na Amazônia.

E eu uso da palavra, Sr. Presidente, aproveitando a presença dos estudantes, para falar que nós apresentamos dois projetos de lei que foram aprovados e vetados pelo Sr. Governador: um deles torna obrigatório o ensino de noções básicas de Direito Constitucional nas escolas públicas e privadas do Estado de Mato Grosso - eu conversei há poucos dias com o Secretário, e existe já uma disposição de inclusão na grade curricular dessa matéria -, e o outro eu também julgo muito importante, Deputada Serys Slhessarenko, especialmente neste momento que nós estamos trabalhando com a CPI do Narcotráfico, que foi sem dúvida nenhuma uma das ações importantes da Assembléia Legislativa... A Deputada Serys Slhessarenko preside muito bem essa CPI, e eu disse naquela ocasião que por mínima que fosse a contribuição dessa CPI, já seria muito grande, porque a questão do narcotráfico é um compromisso da sociedade, para lutarmos para pelo menos minimizar a situação que se encontra aí e que é preocupante, e eu acredito que nós já tivemos grandes avanços.

Hoje, eu estava lendo o depoimento do Jorge Meres... Olha, eu tenho certeza de que a CPI vai dar uma contribuição muito grande ao Ministério Público, à Justiça de Mato Grosso, para nós podermos banir esses traficantes, que sem dúvida alguma são o grande mal da juventude brasileira hoje, e em todos os municípios do interior, Deputado Nilson Leitão, nós temos denúncias de tráfico de drogas.

E aí eu apresentei um Projeto de Lei, Deputado, que torna obrigatório o estudo de dependência química em matérias constantes da grade curricular de 1º e 2º graus das escolas públicas e privadas, elaborada e monitorada pela Secretaria de Educação. Por que esse Projeto de Lei? Porque no nosso entendimento o jovem usa droga porque desconhece os efeitos que a droga causa - efeitos psicológicos, sociais, enfim, todos os tipos de efeito que a dependência química causa.

Então, esse é um Projeto que eu quero debater com a juventude mato-grossense, e nós estamos preparando uma grande Audiência Pública, juntamente com o Deputado Eliene, a Deputada Serys Slhessarenko, onde nós vamos debater esse Projeto e mais alguns Projetos que nós apresentamos, de interesse dos nossos estudantes, especialmente aqueles também... Aqui nós temos um Projeto, Deputado Nilson Leitão, que facilita o ingresso do estudante em curso pré-vestibular, uma espécie de curso pré-vestibular comunitário, que nós estamos trabalhando aqui na Assembléia Legislativa, eu e o Deputado Eliene, e nós pretendemos discuti-lo com os jovens de Mato Grosso.

Para encerrar, ontem, nós derrubamos três Vetos que eu julgo importantíssimos. O primeiro, ao Projeto de Lei que dispõe sobre o reembolso ao Sistema Único de Saúde-SUS, no âmbito do Estado de Mato Grosso, de despesa referente ao atendimento de saúde prestado a beneficiário com seguro saúde. Ora, o Governo vai ser ressarcido se o cidadão tem o Plano de Saúde Privado e o SUS lhe atendeu - é mais que justo que o SUS seja ressarcido pelo plano de saúde!

Eu encerro, Sr. Presidente, só falando que derrubamos também o Veto ao Projeto de Lei que cria a Ouvidoria-Geral da Polícia. Para mim, é importante e era necessário... Eu não entendi por que esse Projeto foi vetado, mas em boa hora o nosso Líder, Deputado Rene Barbour, e o nosso Vice-Líder, Deputado Nilson Leitão, discutiram com o Governo e obtiveram autorização para liberar a Bancada. E a Bancada - eu quero agradecer aqui - votou, assim como votou a Oposição, em peso pela

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

derrubada do Veto.

E o último Veto derrubado foi ao Projeto de Lei que institui o selo de fiscalização dos atos notariais e de registro. Por que isso? Porque, hoje, nos cartórios de Mato Grosso e do Brasil, o que se encontra de fraude, Deputado Pedro Satélite, é um absurdo! Com a implementação do selo nós vamos inibir a prática de fraude nos cartórios, especialmente essas procurações “frias” e tantos outros atos.

Agradeço a tolerância, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Sobre a mesa, proposituras de autoria do Deputado Eliene:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a urgente necessidade de construção de uma cobertura para a quadra de esportes da EEPSPG Manoel Cavalcante Proença, em Cuiabá.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a urgente necessidade da construção de uma cobertura para a quadra de esportes da EEPSPG Manoel Cavalcante Proença, em Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado de Educação tem se mobilizado para proporcionar e garantir um ensino de qualidade a uma grande parcela da população de nosso Estado que necessita de escola pública.

Uma série de medidas tem sido tomadas, dinamizando toda a estrutura do ensino público. Existe uma grande preocupação em qualificar o corpo docente e em dotar a escola com infraestrutura básica necessária para atender, satisfatoriamente, a clientela estudantil.

Embora reconhecendo todo esse trabalho e dedicação, alguns aspectos merecem atenção, como o espaço adequado para as aulas de Educação Física, disciplina tão importante quanto qualquer outra que compõe o currículo escolar.

Nesse aspecto, a EEPSPG Manoel Cavalcante Proença reivindica a cobertura de sua quadra poliesportiva, pois torna-se inviável expor os alunos aos raios solares e às altas temperaturas, principalmente após as 10:00 horas, fator que pode comprometer a saúde, a qualidade das aulas e a prática desportiva.

Portanto, por sabermos que os exercícios e a prática de esportes são importantes para a formação da personalidade da criança e do adolescente, no seu desenvolvimento físico, psíquico e social, é que julgamos ser imprescindível dotar a referida escola com uma quadra poliesportiva coberta.

Com base no exposto, justifico esta Indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado ELIENE - PSB”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a urgente necessidade de construção de uma cobertura para a quadra de esportes da EEPSPG Marechal Gaspar Dutra, em Cuiabá.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a urgente necessidade da construção de uma cobertura para a quadra de esportes da EEPSPG Marechal Gaspar Dutra, em Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado de Educação tem se mobilizado para proporcionar e garantir um ensino de qualidade a uma grande parcela da população de nosso Estado que necessita de escola pública.

Uma série de medidas tem sido tomadas, dinamizando toda a estrutura do ensino público. Existe uma grande preocupação em qualificar o corpo docente e em dotar a escola com infraestrutura básica necessária para atender, satisfatoriamente, a clientela estudantil.

Embora reconhecendo todo esse trabalho e dedicação, alguns aspectos merecem atenção, como o espaço adequado para as aulas de Educação Física, disciplina tão importante quanto qualquer outra que compõe o currículo escolar.

Nesse aspecto, a EEPSPG Marechal Gaspar Dutra reivindica a cobertura de sua quadra poliesportiva, pois torna-se inviável expor os alunos aos raios solares e às altas temperaturas, principalmente após as 10:00 horas, fator que pode comprometer a saúde, a qualidade das aulas e a prática desportiva.

Portanto, por sabermos que os exercícios e a prática de esportes são importantes para a formação da personalidade da criança e do adolescente, no seu desenvolvimento físico, psíquico e social, é que julgamos ser imprescindível dotar a referida escola com uma quadra poliesportiva coberta.

Com base no exposto, justifico esta Indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado ELIENE - PSB”

3ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a urgente necessidade de construção de uma cobertura para a quadra de esportes da EEPSPG Leovegildo de Melo, em Cuiabá.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a urgente necessidade de construção de uma cobertura para a quadra de esportes da EEPSPG Leovegildo de Melo, em Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado de Educação tem se mobilizado para proporcionar e garantir um ensino de qualidade a uma grande parcela da população de nosso Estado que necessita de escola pública.

Uma série de medidas tem sido tomadas, dinamizando toda a estrutura do ensino público. Existe uma grande preocupação em qualificar o corpo docente e em dotar a escola com infraestrutura básica necessária para atender, satisfatoriamente, a clientela estudantil.

Embora reconhecendo todo esse trabalho e dedicação, alguns aspectos merecem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

atenção, como o espaço adequado para as aulas de Educação Física, disciplina tão importante quanto qualquer outra que compõe o currículo escolar.

Nesse aspecto, a EEPSPG Leovegildo de Melo reivindica a cobertura de sua quadra poliesportiva, pois torna-se inviável expor os alunos aos raios solares e às altas temperaturas, principalmente após as 10:00 horas, fator que pode comprometer a saúde, a qualidade das aulas e a prática desportiva.

Portanto, por sabermos que os exercícios e a prática de esportes são importantes para a formação da personalidade da criança e do adolescente, no seu desenvolvimento físico, psíquico e social, é que julgamos ser imprescindível dotar a referida escola com uma quadra poliesportiva coberta.

Com base no exposto, justifico esta Indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado ELIENE - PSB”

4ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a urgente necessidade de construção de uma cobertura para a quadra de esportes da EEPSPG João Brienne de Camargo, em Cuiabá.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a urgente necessidade da construção de uma cobertura para a quadra de esportes da EEPSPG João Brienne de Camargo, em Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado de Educação tem se mobilizado para proporcionar e garantir um ensino de qualidade a uma grande parcela da população de nosso Estado que necessita de escola pública.

Uma série de medidas tem sido tomadas, dinamizando toda a estrutura do ensino público. Existe uma grande preocupação em qualificar o corpo docente e em dotar a escola com infraestrutura básica necessária para atender, satisfatoriamente, a clientela estudantil.

Embora reconhecendo todo esse trabalho e dedicação, alguns aspectos merecem atenção, como o espaço adequado para as aulas de Educação Física, disciplina tão importante quanto qualquer outra que compõe o currículo escolar.

Nesse aspecto, a EEPSPG João Brienne de Camargo reivindica a cobertura de sua quadra poliesportiva, pois torna-se inviável expor os alunos aos raios solares e às altas temperaturas, principalmente após as 10:00 horas, fator que pode comprometer a saúde, a qualidade das aulas e a prática desportiva.

Portanto, por sabermos que os exercícios e a prática de esportes são importantes para a formação da personalidade da criança e do adolescente, no seu desenvolvimento físico, psíquico e social, é que julgamos ser imprescindível dotar a referida escola com uma quadra poliesportiva coberta.

Com base no exposto, justifico esta Indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Deputado ELIENE - PSB”

5ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a urgente necessidade de construção de uma cobertura para a quadra de esportes da EEPSP José de Mesquita, em Cuiabá.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a urgente necessidade da construção de uma cobertura para a quadra de esportes da EEPSP José de Mesquita, em Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado de Educação tem se mobilizado para proporcionar e garantir um ensino de qualidade a uma grande parcela da população de nosso Estado que necessita de escola pública.

Uma série de medidas tem sido tomadas, dinamizando toda a estrutura do ensino público. Existe uma grande preocupação em qualificar o corpo docente e em dotar a escola com infraestrutura básica necessária para atender, satisfatoriamente, a clientela estudantil.

Embora reconhecendo todo esse trabalho e dedicação, alguns aspectos merecem atenção, como o espaço adequado para as aulas de Educação Física, disciplina tão importante quanto qualquer outra que compõe o currículo escolar.

Nesse aspecto, a EEPSP José de Mesquita reivindica a cobertura de sua quadra poliesportiva, pois torna-se inviável expor os alunos aos raios solares e às altas temperaturas, principalmente após as 10:00 horas, fator que pode comprometer a saúde, a qualidade das aulas e a prática desportiva.

Portanto, por sabermos que os exercícios e a prática de esportes são importantes para a formação da personalidade da criança e do adolescente, no seu desenvolvimento físico, psíquico e social, é que julgamos ser imprescindível dotar a referida escola com uma quadra poliesportiva coberta.

Com base no exposto, justifico esta Indicação, aguardando aprovação e pronto atendimento pelo órgão competente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado ELIENE - PSB”

6ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT BRASIL TELECOM a necessidade da instalação de telefone público na comunidade rural de Colônia do Ariranha, Município de Alto Araguaia.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT BRASIL TELECOM, mostrando a necessidade de instalação de telefone público na comunidade rural de Colônia do Ariranha, Município de Alto Araguaia.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de instalação de telefone público para a comunidade rural de Colônia do Ariranha, Município de Alto Araguaia, prende-se ao fato de que está dotada de escola municipal,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

capela e centro de lazer, e atende a um grande número de famílias.

Na comunidade de Colônia do Ariranha moram mais de oitenta famílias, que precisam dessa benfeitoria. O telefone instalado nessa localidade atenderá inúmeras pessoas que transitam diariamente pelas estradas que dão acesso àquela localidade.

O pedido é justo, por isso solicitamos ao douto Plenário sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado ELIENE - PSB”

7ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT BRASIL TELECOM a necessidade de instalação de telefone público na comunidade rural de Rio do Peixe, Município de Alto Araguaia.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT BRASIL TELECOM, mostrando a necessidade de instalação de telefone público na comunidade rural de Rio do Peixe, Município de Alto Araguaia.

JUSTIFICATIVA

A necessidade da instalação de telefone público na comunidade rural de Rio do Peixe, Município de Alto Araguaia, prende-se ao fato de que está dotada de escola municipal, capela e centro de lazer, e atende um grande número de famílias.

Na comunidade de Rio do Peixe moram mais de sessenta famílias, que precisam dessa benfeitoria, e o telefone instalado nessa localidades poderá atender inúmeras pessoas que transitam diariamente pelas estradas que dão acesso àquela localidade.

O pedido é justo, por isso, solicitamos ao douto Plenário sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado ELIENE - PSB”

8ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT BRASIL TELECOM a necessidade de instalação de telefone público na comunidade rural de Paraíso, Município de Alto Araguaia.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT BRASIL TELECOM, mostrando a necessidade de instalação de telefone público na comunidade rural de Paraíso, Município de Alto Araguaia.

JUSTIFICATIVA

A necessidade da instalação de telefone público para a comunidade rural de Paraíso, Município de Alto Araguaia, prende-se ao fato de que está dotada de escola municipal, capela e centro de lazer, e atende a um grande número de famílias.

Na comunidade de Paraíso moram mais de 180 famílias, que precisam dessa benfeitoria. O telefone instalado nessa localidade poderá atender inúmeras pessoas que transitam diariamente pelas estradas que dão acesso àquela localidade.

O pedido é justo, por isso, solicitamos ao douto Plenário sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado ELIENE - PSB”

9ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT BRASIL TELECOM a necessidade de instalação de telefone público na comunidade rural de Gato Preto, Município de Alto Araguaia.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT BRASIL TELECOM, mostrando a necessidade de instalação de telefone público na Comunidade Rural de Gato Preto, Município de Alto Araguaia.

JUSTIFICATIVA

A necessidade da instalação de telefone público para a comunidade rural de Gato Preto, Município de Alto Araguaia, prende-se ao fato de que está dotada de escola municipal, capela e centro de lazer, e atende a um grande número de famílias.

Na comunidade de Gato Preto moram mais de cem famílias, que precisam dessa benfeitoria, e o telefone instalado nessa localidade poderá atender inúmeras pessoas que transitam diariamente pelas estradas que dão acesso àquela localidade.

O pedido é justo, por isso, solicitamos ao douto Plenário sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado ELIENE - PSB”

10ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Obras da Prefeitura do Município de Cuiabá, a necessidade do manilhamento das ruas e canalização do córrego do Bairro Jardim Itapuã.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Obras da Prefeitura do Município de Cuiabá, mostrando a necessidade de manilhamento das ruas e canalização das águas pluviais e de um córrego, mais os serviços de terraplanagem para o Bairro Jardim Itapuã.

JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores do Bairro Itapuã tem pedido insistentemente que o Poder Público resolva os problemas de manilhamento do bairro. Fez-se um levantamento preliminar e há necessidade de oitenta manilhas de 50cm (cinquenta centímetros), de manilhas de 1m (um metro) de diâmetro e de 250 (duzentos e cinquenta) manilhas de 50cm (cinquenta centímetros) de diâmetro.

Torna-se necessário efetuar tal melhoria para que todas as ruas do bairro tornem-se transitáveis, sem prejuízos para seus moradores, e com melhores condições, também, para que os ônibus trafeguem por aquele bairro.

O atendimento da Indicação trará uma série de benefícios a todos os munícipes do bairro e, principalmente, facilitará o tráfego de ônibus e outros veículos.

Com base no exposto, justifico esta Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado ELIENE - PSB”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

11ª) INDICAÇÃO: “Indica Sr. Superintendente do DNER-MT a construção de um obstáculo na pista da Rodovia BR-163, Cuiabá-Santarém, próximo à ponte do Rio Peixoto de Azevedo.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Superintendente do DNER-MT, solicitando a construção de um obstáculo na pista da Rodovia BR-163, Cuiabá-Santarém, próximo à ponte sobre o Rio Peixoto de Azevedo.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de instalação de um quebra-molas na Rodovia 163, Cuiabá-Santarém, perto da ponte sobre o rio Peixoto de Azevedo, é para diminuir a velocidade dos veículos, principalmente das carretas que entram na ponte em velocidade superior à permitida, evitando, com isso, os inúmeros acidentes que têm acontecido no local.

O local é de grande fluxo de veículos, está no perímetro urbano, e essa melhoria irá tranquilizar a população de Peixoto de Azevedo.

Há de se levar em conta que Peixoto de Azevedo é uma cidade que veio do garimpo do ouro, hoje transformou-se em grande produtora de grãos, e merece atenção especial de toda a classe política.

Com os argumentos acima expostos, justifico a Indicação, aguardando atendimento das autoridades competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.
Deputado ELIENE - PSB”

12ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado a necessidade de instalação de um Posto Policial no Projeto de Assentamento Cachimbo, Município de Peixoto de Azevedo.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, mostrando a necessidade de instalação de um Posto Policial no Projeto de Assentamento Cachimbo, Município de Peixoto de Azevedo.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de instalação de um Posto Policial no Projeto de Assentamento Cachimbo, Município de Peixoto de Azevedo, prende-se ao fato de que com o policiamento preventivo há maior tranquilidade para os que estão acampados, esperando pelo seu pedaço de terra.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.
Deputado ELIENE - PSB”

13ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Cidadania a necessidade de ativar o Posto de Identificação do Município de Peixoto de Azevedo.

Com fulcro no artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, indico à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, mostrando a necessidade de se ativar o Posto de Identificação de Peixoto de Azevedo.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de ativar o Posto de Identificação do Município de Peixoto de Azevedo é que a população, para ter sua documentação urgente, necessita dirigir-se a outros municípios.

Contando com mais de trinta mil habitantes, Peixoto de Azevedo, apesar de ser um município novo, já teve o seu ciclo do ouro, hoje transformou-se em grande produtor de grãos, e a sua laboriosa população não pode ficar sem esse atendimento.

Com os argumentos acima expostos justifico a Indicação, esperando aprovação do plenário e pronto atendimento das autoridades estaduais.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado ELIENE - PSB”

14ª) PROJETO DE LEI

**Declara de utilidade pública a Associação
dos Pequenos Produtores Rurais da
Comunidade de São Jerônimo - APPCSJ,
do Município de Cuiabá.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de São Jerônimo - APPCSJ, com sede no Município de Cuiabá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Jerônimo-APPRSJ, Município de Cuiabá, foi constituída em 24-02-1987, data em que tomou posse também a sua primeira Diretoria e Conselho Fiscal, tendo como Presidente o Sr. Thomaz Aquino de Oliveira.

Todo o processo de constituição e legalização da entidade teve o acompanhamento e assentamento técnico da EMATER.

Foi criada com o objetivo de congregar e representar os pequenos produtores rurais da localidade de São Jerônimo, defendendo seus direitos e interesses; realizar, na medida dos recursos disponíveis, atividades envolvidas no processo de produção, comercialização, transporte, armazenagem, beneficiamento e industrialização da produção agropecuária; firmar convênios, e muitos outros benefícios que a legislação federal permite que a entidade tenha com sua declaração de utilidade pública.

A referida entidade, com sede e foro na cidade de Cuiabá, instituída sem fins lucrativos, continuará ao atendimento de suas finalidades.

Examinando a documentação em anexo, bem como acompanhando a atuação da entidade no cumprimento de seus objetivos, apresento este projeto, conclamando os nobres Pares para sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado ELIENE - PSB”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Ainda sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Deputado Joaquim Sucena.
PROJETO DE LEI:

**“Cria a Extensão Judiciária Comunitária
e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criada na Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, com a coordenação da Defensoria Pública Estadual, a Extensão Judiciária Comunitária.

Art. 2º Fica autorizado, na Extensão Judiciária Comunitária, o estagiário do Curso de Direito habilitado na Defensoria Pública a exercer a função de instrutor.

I - a Defensoria Pública, através do instrutor, levará até às comunidades orientações jurídicas;

II - o trabalho da Extensão Judiciária Comunitária será executado em parceria entre a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, a Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT), Cursos de Direito e a comunidade.

Art. 3º O Governo do Estado regulamentará essa lei no prazo de 60 dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O objetivo principal do projeto é atingir os excluídos do saber, do conhecimento, enfim, da informação jurídica, possibilitando-os a agir de maneira mais consciente e assim evitar ações judiciais que por mais simples que sejam, venham causar-lhes transtornos em sua convivência na comunidade.

A Extensão Judiciária Comunitária é educativa e tem caráter eminentemente preventivo, embasando o indivíduo para sua auto afirmação no exercício da cidadania.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 16 de maio de 2000.

Deputado JOAQUIM SUCENA - PFL.”

Com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, gostaríamos de cumprimentar, também, os alunos e alunas da Escola “Marechal Dutra”, seus professores e professoras, e de parabenizar a Secretaria de Imprensa pelo *Programa Por Dentro do Parlamento*. Eu acho que quando a juventude vem assistir a uma Sessão na Assembléia, é porque precisa, realmente, conscientizar-se de que aqui é uma instituição que discute as questões de Mato Grosso. E, neste exato momento, Mato Grosso tem que se preocupar com a Educação, que está em greve.

Nós gostaríamos que a Assembléia, os Srs. Deputados formassem uma Comissão para fazer uma visita ao Secretário de Estado de Educação para, com certeza, sabermos como andam as negociações para a volta às aulas em cem por cento das escolas do Estado de Mato Grosso. Não adianta ficarmos aqui na briga de números entre o SINTEP e a Secretaria de Estado Educação. É preciso que haja uma Comissão com equilíbrio, para discutir, saber como anda e avançar na conversa, para que o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Governo e a categoria dos professores se acertem, para que possam os dois lados sair ganhando e, principalmente, sair ganhando os alunos da rede pública de ensino do Estado de Mato Grosso.

Para apresentar uma Moção de Aplausos, Sr. Presidente, de autoria do Deputado Hermínio J. Barreto e do Deputado Joaquim Sucena:

Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja remetida ao Prefeito de Campo Verde Moção de Aplausos nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o meu pensamento e de meu colega Deputado Joaquim Sucena, vem manifestar o seu aplauso ao Prefeito Municipal de Campo Verde, Sr. Onésimo Prati, e a sua equipe, comandada pela Sr^a Vera, digníssima Secretária Municipal de Saúde, pela inauguração do Hospital Municipal Sagrado Coração de Jesus.

Campo Verde presenteia sua população com um hospital moderno, servindo de exemplo a toda região Sul.

Ressaltamos o desempenho do Prefeito, Sr. Onésimo Prati, quando competentemente soube aplicar recursos federais e municipais, duplicando a previsão de orçamento e construindo o hospital, podendo com isso oferecer maior quantidade de leitos e ampliar o número de atendimentos.

Com certeza, com a habilidade de sua equipe, chefiada pela Secretária Municipal de Saúde, o atendimento oferecido corresponderá às expectativas da população de Campo Verde.

O Sr. Prefeito Onésimo Prati, político competente e com um passado de lutas na defesa dos interesses do povo, merece receber esta homenagem extensiva a todo o povo de Campo Verde, por ele tão bem representado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 17 de maio de 2000.

Deputado HERMÍNIO J. BARRETO - PL

Sr. Presidente, para dizer que depois de amanhã, na cidade de Rondonópolis, sexta-feira, no Canadá *Country Club*, às 19:00 horas, vamos realizar uma Audiência Pública para discutir os famosos precatórios do Estado de Mato Grosso, já que na região Sul inúmeras categorias já são proprietárias de precatórios, juntamente com o Deputado Humberto Bosaipo e sua assessoria, que tem um conhecimento muito grande, e também foi convidada pela Assembléia Legislativa a Dr^a Sueli Capitula, como Procuradora-Geral do Estado.

Nós gostaríamos, aqui, de estender o convite a todos os Srs. Deputados para participarem dessa Audiência Pública, que chama muito a atenção, nesse momento, na região Sul do nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrado o Pequeno Expediente. Em decorrência do horário, passamos diretamente à Ordem do Dia.

O Sr. Gilney Viana - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Permita-me sugerir que vote englobadamente todas as Indicações.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

Em discussão todas as Indicações apresentadas na Sessão de hoje. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Apoio de autoria dos Deputados Hermínio J. Barreto e Joaquim Sucena, ao

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Prefeito de Campo Verde e sua equipe, pela inauguração do Hospital Municipal Sagrado Coração de Jesus.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais. Com a palavra a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou ser breve. É a preocupação que eu externava, há pouco, com a viagem do Governador... A Segurança na situação em que está, grande parcela da Educação Estadual paralisada, e o Governador, numa posição terrível, dizendo que não negocia, e vai viajar para o exterior...

Eu quero deixar registrada uma conclamação ao Governador Dante de Oliveira para que ele não viaje sem negociar a questão da Educação, sem chamar os trabalhadores da área da Educação, que de forma organizada estão paralisados, e ele se nega a conversar com a Educação do Estado de Mato Grosso. Que ele chame, converse, faça uma negociação e decida esse problema de uma vez por todas, já que ele se acha o todo-poderoso, que ele pode viajar para o exterior sem dizer o que vai fazer, muito menos quanto tempo vai ficar - a única coisa que temos certeza é de que ele vai com o nosso dinheiro...

Então, que pelo menos ele tenha dignidade de negociar e resolver, em especial, o problema da Educação, que é algo fácil de resolver. A questão está posta. É uma Lei que foi aprovada, às vésperas da última eleição, quando ele era candidato à reeleição, foi aprovada aqui pela maioria dos Deputados Governistas, com apoio também da Oposição, que é uma Lei importante para a Educação e que, hoje, ele não quer colocar em ação, concretamente.

Então, que ele realmente resolva esse problema para depois viajar. É muito sério o problema, e mais séria ainda é a indiferença com que ele trata o povo de Mato Grosso, que está sem escola por única responsabilidade do Governador do Estado. Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, Vossa Excelência tocou num assunto muito importante, que é a questão da Segurança.

Nós fizemos, Sr. Presidente, uma reunião no início desse mês, na qual vários setores compareceram, representantes de várias entidades, e foi elaborada uma carta para ser entregue ao Governador - e não só o Deputado Moacir Pires, mas a Assembléia Legislativa, com todos os seus 24 Deputados, fizeram essa reunião para discutir a segurança em nosso Estado.

Eu gostaria de pedir à Mesa, na pessoa do Presidente, que marcasse essa reunião com o Governador, porque em todos os lugares que nós chegamos, em todos os estabelecimentos comerciais, estamos sendo cobrados...

O Sr. Riva - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. MOACIR PIRES - Pois não, Deputado.

O Sr. Riva - Eu quero parabenizar o Deputado Moacir Pires por esta preocupação e quero dizer, Deputado Moacir Pires - e até convidar alguns colegas Deputados -, que nós estamos entrando em contato com um Coronel da Polícia do Estado do Ceará que implementou um projeto interessantíssimo, e conseguiu fazer uma coisa que em Mato Grosso, até o momento, não foi possível fazer, inclusive já foi tentado, que é unir as polícias e centrar num mesmo local todas as ações da polícia.

O que existe em Mato Grosso hoje é um desencontro, um modelo de segurança muito ultrapassado. Então, nós precisamos trabalhar para mudar esse modelo. Agora, eu ratifico que não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

adianta criticar o Secretário Hilário Mozer, não adianta trocar Comandante de PM, se não tivermos os recursos necessários para a polícia trabalhar. O que adianta reclamar da polícia, se o coitado do Delegado não tem dinheiro para pôr gasolina no carro? Não adianta! Nós temos que dar estrutura, dar ferramenta de trabalho para eles cobrarem, mas eu sou contra o atual modelo de segurança que nós temos em Mato Grosso.

Então, nós precisamos trabalhar para mudar isso. E eu já havia até anotado para convidar Vossa Excelência e mais alguns colegas, para fazermos uma viagem ao Ceará para conhecer a Segurança Pública do Ceará, que está funcionando muito bem. O Deputado Gilney Viana me sinaliza que vai, o Deputado Zé Carlos do Pátio... Nós vamos lá, e eu tenho certeza de que será uma viagem muito proveitosa. Mato Grosso precisa aprender a copiar dos outros Estados o que é bom - não é vergonha nenhuma copiar, lá de fora, o que é bom.

Falaram da Segurança dos Estados Unidos, de Nova Iorque, Miami... Então, que tragam essas pessoas para discutir segurança pública conosco, que façam segurança pública comunitária, que nós já trouxemos um Projeto de Lei a este Plenário para ser apreciado, que foi aprovado e foi vetado, porque eu acho que com a participação da sociedade nós podemos, sem dúvida nenhuma, combater o que existe de errado na polícia.

Então, eu cumprimento o Deputado Moacir Pires, e vamos, sem dúvida nenhuma, travar um grande debate, a partir dos próximos dias, para encontrar uma saída para a Segurança Pública em Mato Grosso, que não adianta negar, é um caos mesmo, como é em todo o Brasil. Muito obrigado.

O SR. MOACIR PIRES - Quero agradecer suas palavras, Sr. Presidente, e dizer que eu nem subi aqui para criticar o Secretário Hilário Mozer, porque, sabendo da dificuldade em que se encontra a Polícia do Estado de Mato Grosso, que o Estado necessita de onze mil homens para fazer segurança e só pode contar com 3.700 homens, é difícil fazer segurança em nosso Estado. O que nós queremos é que todos os Deputados participem, que a união dos 24 Deputados venha resolver o problema, não adianta só os Deputados Moacir Pires e Riva quererem resolver o problema.

E se copiarmos o que os outros Estados vêm fazendo, que está dando certo, nós podemos trazer o modelo para o Estado de Mato Grosso. O nosso intuito é resolver o problema da segurança e não deixar como está, porque em todos os lugares, em todos os ambientes que nós vamos, sejam eles estabelecimentos comerciais ou empresariais, a reclamação é uma só, a insegurança que está no nosso Estado. E como nós, representantes do povo, somos as pessoas mais cobradas nas ruas, o que eu peço aqui é a participação de todos os Deputados, numa reunião com o Governador ou numa reunião nossa, para levarmos uma idéia e escutarmos do Governador quando e como vai poder diminuir o índice de violência em nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu até gostaria de ter aparteado e parabenizado o Deputado Moacir Pires pela coragem com que essa questão da segurança tem que ser abordada neste Parlamento.

Deputado Moacir Pires, pela sua fala, e pelo seu tempo, não pude pedir um aparte, mas gostaria de deixar aqui a todos os Deputados deste Parlamento uma preocupação muito grande, porque ontem nós ouvimos na CPI do Narcotráfico o Dr. Abel Balbino Guimarães, Juiz de Direito da Comarca de Barra do Garças, que por sua espontânea vontade se dirigiu à CPI para prestar esclarecimentos. E mesmo nesses esclarecimentos, Deputado Silval Barbosa, esse Juiz fez aqui, de ofício, um instrumento ao Corregedor e anexou como um relatório à CPI do Narcotráfico, o que eu acho extremamente complicado, e eu acho que esta Casa não pode se furtar de tomar conhecimento disso, porque para se encarar a questão da segurança uma ferramenta é fundamental: a coragem de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

entender que não pode existir ninguém acima do bem e do mal.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de ler, para que conste não apenas nos Anais da CPI, mas também desta Casa, o Ofício nº 08/00, do Gabinete do Meritíssimo Dr. Juiz Abel Balbino Guimarães, traçando uma preocupação muito grande, que eu gostaria e passo agora aqui a ler:

“...Esclarecemos que estão na órbita de sofrerem ações judiciais, crimes cíveis e criminais, os seguintes órgãos e/ou pessoas: *Midianews*, Edilson Almeida, sócio-gerente e demais sócios; GAECO - Grupo de Ação Especial de Repressão ao Crime Organizado, seu Coordenador; o Promotor Flávio César Fachone; a Presidente da CPI do Narcotráfico, Deputada Serys Slhessarenko, e demais membros; a Procuradoria-Geral de Justiça, na pessoa do Procurador-Geral, Dr. Guiomar Teodoro Borges; o jornal *O Estado de Mato Grosso*; o jornal *A Gazeta*, Editor-Geral Antônio Lemos, por ter citado o nosso nome; o jornal *Diário de Cuiabá*, Jornalista Anselmo Carvalho, e o Editor do Caderno *Cidades*; e o jornal *Folha do Estado*, Editor responsável; o *Segura*, por ter citado o nosso nome...”

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. JAIR MARIANO - Pois não.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Primeiramente, quero parabenizá-lo, parabenizar o Deputado Riva e também o Deputado Moacir Pires sobre essa questão que nós vimos aqui discutindo sempre, que é a discussão da segurança. Vossa Excelência participa também da CPI do Narcotráfico, e também já chegou a algum denominar comum, junto com a Deputada Serys Slhessarenko, e nós também já tiramos algumas coisas, para ficar bem claro na Assembléia.

Primeiro, na questão da segurança, o Deputado Moacir Pires foi muito feliz. A primeira coisa que existe hoje é a falta de efetivo, Deputado Moacir Pires, Vossa Excelência está ciente disso, mas e nós, políticos? Porque infelizmente alguns setores não entendem de segurança e não discutiram ainda, que é a questão do Secretário em si. Não se resolve o problema de segurança com três mil homens de efetivo, onde precisa de onze mil. Não é o Secretário Hilário Mozer, não!... Se Jesus Cristo descer aqui, com três mil homens de efetivo, ele não vai resolver o problema de segurança em Mato Grosso, como também o Presidente Fernando Henrique não vai resolver o problema do Brasil inteiro, porque nesse Brasil, hoje, em que nós vivemos, a democracia virou baderna. Nós vimos os sem-terra invadirem, saquearem, tocarem fogo em órgão público, isso é um absurdo! Um país sem hierarquia... Aí, dizem que a ditadura está voltando, o mal da ditadura, que nós também condenamos, mas quem é que está certo? Chegam lá cem, duzentas pessoas e invadem um órgão público, tocam fogo num órgão público, tocam fogo num bem público, e fica por isso mesmo.

E vem relatório, e não sei mais o quê, mas vai ficar por isso mesmo. E o ladrão do dinheiro do cidadão somos nós, os políticos! Aí, tudo cai em cima de nós, que somos responsáveis por isso mesmo. Aí, mistura o joio com o trigo, porque o Deputado fulano fez isso, o Moacirzinho, o Dentinho, a Serys ou qualquer um... Todos nós somos iguais, não se separa o joio do trigo!

Infelizmente, Deputado Jair Mariano, sobre isso a imprensa não cobrou a responsabilidade, saiu uma ou duas matérias e pronto, ficou por isso mesmo...

A Sr^a Serys Slhessarenko (DE SUA BANCADA) - Quem é o culpado? Dante de Oliveira!

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Nobre Deputada, eu não vou dizer que Dante de Oliveira é culpado, que o Fernando Henrique é culpado, todos nós temos culpa nessa questão. Todos nós...

A Sr^a Serys Slhessarenko (DE SUA BANCADA) - Por que ele não aumenta o efetivo?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Vossa Excelência não pode aumentar efetivo, claro! Eu sei que Vossa Excelência não pode aumentar efetivo, mas Vossa Excelência sobe nesta tribuna direto, como todos nós aqui, pedindo aumento salarial, e como aumentar salário?

Um dia desses, por irresponsabilidade, o Congresso Nacional aprovou uma Lei que não sabe nem para que aprovou, de responsabilidade fiscal. Vá aplicar essa Lei lá em Reserva do Cabaçal, para ver se o Prefeito vai ter condições de trabalhar!...

Então, nobre Deputada, o que eu quero dizer é que este País está passando por uma crise de moralidade, de responsabilidade, e precisa ter alguém que saiba fazer um trabalho que seja respeitado, porque da maneira que nós estamos vivendo, qualquer um faz o que quer. Um dia desses, se eu sou Governador, mando todos esses coronéis para a Reserva. “Acabei de nomear um novo coronel...” Vão doze lá fazer uma carta!... Ora, pelo amor de Deus, é cargo de confiança, e quando se entra nele, se tem que estar preparado para sair! E o Coronel Orestes, meu amigo pessoal, está fazendo um grande trabalho na Polícia também, concordo plenamente.

A partir do momento em que ele foi exonerado, os outros vão lá e fazem uma carta, para ler para a sociedade!... Ora, não é por aí que vamos resolver! Hierarquia é o princípio de tudo, e se não tiver hierarquia, desde o Presidente Fernando Henrique, inclusive os movimentos organizados, não se governa este País nunca mais! E nós vamos estar discutindo a pior crise que nós estamos passando... Já vi gente, cidadãos, em rodas, em botecos, falando que estão com saudade da ditadura. Isso é um absurdo! Ora...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho – ...isso é um absurdo, Deputado Moacir Pires.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. JAIR MARIANO - Deputado Zé Carlos do Pátio, eu só peço dois minutos, para eu responder ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

Eu agradeço o seu aparte, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, mas Vossa Excelência abordou a questão da segurança, e acho que também nós estamos colocando aqui... No que tange à CPI, tem aqui um componente extremamente sério, que se trata da idéia de determinados segmentos, determinados setores encruados, todos estamentos de poder deste Estado, que se acham acima do bem e do mal...

Essa fala extremamente complicada, ontem, eu até diria, repercutiu pouco na imprensa, isso aqui coloca... Eu não tenho a menor dúvida de que todos os membros da CPI encararam isso aqui com preocupação, por ter partido de uma pessoa a quem compete julgar, mas não nos sentimos inibidos no nosso direito, na nossa vontade e determinação de ir às últimas conseqüências na questão dessa CPI, Deputado Zé Carlos do Pátio, e se nós nos omitirmos, se não deixarmos clara essa posição de dureza, de determinação da CPI, ações desse tipo, partindo de uma pessoa que veio deliberadamente dizer que queria contribuir e subliminarmente fez uma ameaça, pode significar, Deputada Serys Slhessarenko, que aquelas pessoas, cidadãos comuns que têm na CPI a única perspectiva de sua segurança para denunciar aquilo que ninguém mais da sociedade agüenta, se sentirão, poderão se sentir inibidos de fazer isso.

Eu quero registrar aqui, em meu nome, e acredito que em nome dos companheiros da CPI, que nós não podemos admitir esse tipo de intimidação, porque não queiram me dizer que propor do jeito que está proposto aqui é tentar garantir, Deputado Gilney Viana, o direito que qualquer um tem de entrar na Justiça, de exigir que as coisas sejam apuradas. É essa a função da CPI. Agora, como foi colocado, para mim, puxo para mim essa condição, eu entendi como uma intimidação, ainda que não vá

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

atingir ninguém da CPI, nenhum dos Deputados vai ter isso, mas pode ter reflexo naqueles que queriam fazer...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que o Deputado Jair Mariano dispõe de três minutos.

O SR. JAIR MARIANO - ...naqueles que queriam fazer da CPI um instrumento para se passar a limpo aqui neste Estado essa questão terrível que é a questão do narcotráfico...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. JAIR MARIANO - Eu lembro aqui o que a Deputada Serys Slhessarenko falou e que nós temos que reafirmar, que este Estado não vai admitir, e essa CPI menos ainda, que nós trabalhemos sob pressão, seja dos bandidos que nos ameaçam a vida, seja daqueles que se dizem não culpados, mas que nos ameaçam, cerceando o nosso direito de ir fundo naquelas denúncias que merecerem aprofundamento.

Mesmo sabendo que estou dentro dos três minutos, concedo o aparte ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Informo ao nobre orador que nos três últimos minutos não é permitido aparte.

O SR. JAIR MARIANO - Acabaram de me informar que não é permitido, nobre Deputado.

Sr. Presidente, era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de passar a palavra ao Deputado Zé Carlos do Pátio, eu gostaria também, Deputado Jair Mariano, de dizer de público que o nosso País vive uma situação privilegiada, porque está havendo mudança, não estamos na época da ditadura e continua, nós ainda vivemos uma ditadura disfarçada, em parte, e eu sempre falo que ser jovem é o estado de espírito. Cito um exemplo: aqui nesta Casa de Leis nós temos o Deputado Rene Barbour, com 74 anos, e é um jovem que aceita o diálogo, discute, e pessoas com essa idade simplesmente são ditadores e não concordam com nada. E aí vai estar o grande problema do Brasil, enquanto nós tivermos essas pessoas que não se reciclaram e não têm chance de se reciclar.

Eu citaria, como exemplo claro, uma pessoa como o Senador Antônio Carlos Magalhães, que é Presidente do Congresso Nacional. Aquele debate que tiveram há poucos dias no Congresso Nacional, eram duas das maiores autoridades do Brasil, que exemplo eles dão aos jovens que estiveram aqui hoje e aos demais? Eu acho que o cidadão, não quero dizer aqui... Eu respeito e acho que a melhor coisa que existe é a experiência de vida, mas aqueles que têm uma experiência e que não vão se reciclar com a atualidade têm que estar fora de qualquer governo, seja ele de que Partido for.

E eu cito aqui mais um exemplo, o do Juiz de Direito da Comarca de Peixoto de Azevedo, um cidadão que veio reivindicar recursos para terminar a cadeia pública de Peixoto de Azevedo. Em outras ocasiões, os juízes, por exemplo, jamais conversavam com a sociedade, eles eram endeusados. É nisso que tem que haver uma reciclagem, ou nós precisaremos tirar esse povo, porque, senão, o País não vai mudar.

Eu entendo, Deputado, que uma das saídas é investir bastante na educação, principalmente na educação dos nossos jovens, porque, assim, eles terão uma cabeça diferente e não precisarão se reciclar quando estiverem com quarenta, cinquenta, sessenta ou cem anos.

Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Com a palavra, o Deputado Gilney Viana (AUSENTE). Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour, Wilson Teixeira Dentinho e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Joaquim Sucena, Moacir Pires e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Jair Mariano (PPS) e Wilmar Peres (PPS).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Carlos Brito e Alencar Soares, do PSDB (EM MISSÃO OFICIAL); Baú, do PSDB (EM MISSÃO OFICIAL); Humberto Bosaipo (PPS) e Romoaldo Júnior (PPS), do Bloco Parlamentar Socialista (EM MISSÃO OFICIAL).

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para hoje à noite, no horário regimental. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.

Conferida por Regina Céli Arruda.